

“O Semanário” – Um jornal que vale por um livro – Um estudo de caso sobre a imprensa nacionalista no Brasil (1956-1964).

LEONARDO BRITO*

1 – Introdução;

O texto aqui apresentado é uma síntese de parte de minha dissertação de mestrado defendida pelo programa de Pós Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2007. *A Imprensa Nacionalista no Brasil: o periódico “O Semanário” (1956-1964)* -título original do trabalho - foi transformado em livro homônimo e publicado em dezembro de 2010.

O presente artigo tem como objetivo apresentar ao leitor um periódico de orientação política nacionalista, com sede no Rio de Janeiro, mas que obteve distribuição nacional entre 1956 e 1964. Com uma tiragem de mais de 60 mil exemplares, *O Semanário* tornou-se a maior publicação nacionalista do período (tanto pelo período de circulação, quanto pelo seu alcance). O jornal contou com a colaboração de diversos intelectuais e jornalistas, do porte de Barbosa Lima Sobrinho, Edmar Morel, Josué de Castro e Oswaldo Costa e singularizou-se por uma linha política nacionalista independente, nem ligada ao PTB (de Brizola, João Goulart) e outras lideranças, nem aos comunistas do PCB, que à época – sob orientação de Moscou, também adotaram linha política nacionalista. Daí, certamente, está a originalidade da proposta, pois minha pesquisa consiste no 1º esforço analítico (com exaustivo manejo das fontes) sobre esta imprensa nacionalista independente que surgiu no Brasil em meados da década de 1950.

No alvorecer dos anos 60, durante o instável governo João Goulart, *O Semanário* manteve-se alinhado ao reformismo de base proposto por Jango e pelas forças de esquerda, naquele contexto político. *O Semanário* foi uma espécie de *outsider* da imprensa brasileira naquela conjuntura e teve suas atividades encerradas dias após o golpe que inaugurou a última experiência autoritária da História republicana brasileira.

* Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professor efetivo do Departamento de História do Colégio Pedro II.

2 – *O Semanário* e suas origens: o esforço dos fundadores.

O periódico *O Semanário* foi fundado pelos jornalistas Oswaldo Costa e Joel Silveira em abril de 1956, possuindo uma tiragem de cerca de 60 mil exemplares e com circulação em todo o território nacional. Sua redação funcionou em vários endereços, sendo os mais emblemáticos, o da cidade do Rio de Janeiro (na Avenida Presidente Vargas 502, 8º andar), e o de São Paulo, na Rua 15 de Novembro 137, 7ª andar. Circulando por cerca de oito anos, foi a mais longa publicação de cunho nacionalista do período. O periódico surgiu num momento de arrefecimento da crise política deflagrada após o 11 de novembro de 1955.¹ Assegurada então a normalidade democrática, *O Semanário* se debruçou sobre as mais diversas temáticas da agenda política e econômica brasileira, naquele contexto histórico.

No primeiro editorial, no entanto, *O Semanário* não se declarou textualmente nacionalista, se entendia como um espaço aberto para o debate político. A edição inaugural ostentava os objetivos e propósitos do jornal numa espécie de “profissão de fé”:

“Nenhum povo, numa democracia que se prese (sic) pode viver, trabalhar, progredir, aprimorar suas instituições, corrigir as falhas de sua informação, traçar seus rumos e decidir sobre seus destinos sem uma informação exata e objetiva, que esclareça e oriente (...)

O Semanário surge para, livre de quaisquer influências ostensivas ou disfarçadas de sindicatos econômicos e políticos, dizer a verdade, tal como é, sem condescendências desfibradas (...) Seremos uma tribuna aberta ao mais amplo debate de idéias e princípios democráticos do governo e dos programas, planejamentos e iniciativas sérias de trabalho e produção (...).”

² (COSTA, 1956: 2).

¹ “Movimento militar deflagrado sob a liderança do general Henrique Lott, ministro da Guerra demissionário, no dia 11 de novembro de 1955. Teve como consequência a destituição do presidente da República em exercício, Carlos Luz, e a posse na chefia da nação do vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, confirmadas a seguir pelo impedimento do presidente licenciado João Café Filho. Seu objetivo era neutralizar uma conspiração tramada no interior do próprio governo com o fim de impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek”.

² “O Semanário”. Editorial N° 1, 05-12/04/1956, p. 2.

O 1º editorial expressava ainda a maneira como o periódico pretendia sobreviver financeiramente. Não se entendia como uma empresa capitalista, seus diretores se percebiam como uma “equipe de trabalhadores de imprensa que não quiseram e não queriam fazer da profissão um negócio”, dependendo, assim, quase exclusivamente da venda das edições para cobrir seus custos.

Dentre os diversos colaboradores desta 1ª edição constam os nomes de o e jornalistas como Alberto Pasqualini, Rubem Braga, Mario Pedrosa e Rafael Correia de Oliveira, entre outros. Diversos assuntos figuraram nas páginas do jornal naquela edição inaugural naquele abril de 1956. Dentre os mais relevantes, a ausência de discussão no Congresso Nacional de reformas demandadas pela realidade brasileira, segundo a visão dos editores do jornal.

Ocupando significativo espaço na segunda página da primeira edição, destaca-se o artigo assinado pelo colaborador Samuel Duarte acerca da “*inércia*” do parlamento brasileiro sobre a discussão de temas de *maior propriedade para a vida do país*.³ O texto de Samuel Duarte apontava como necessárias e urgentes, a reforma eleitoral, agrária, administrativa, bancária e da previdência social. Para ele tais reformas contribuiriam de maneira essencial para a consolidação de um projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. À reforma agrária, por exemplo, não postulava a “socialização da terra” e sim desenvolvê-la a fim de garantir o “redescobrimto de nossas possibilidades, condizente com o espírito de empresa”. Quanto à reforma bancária, o mesmo constrói o seu argumento de forma ortodoxa e austera entendendo ser necessária a “disciplina do crédito”. A inflação, no entendimento de Duarte, seria provocada pela grande oferta de crédito. Ao mesmo tempo o autor reivindicava por parte do Congresso Nacional a regulamentação do direito de greve, complementando, desta forma, o subscrito na Constituição Federal no trato do tema, segundo Duarte, a lei que vigorava sobre o assunto datava do regime ditatorial que caracterizou o Estado Novo no Brasil, entre 1937 e 1945.

Brasília também foi objeto de considerações por parte dos jornalistas que integravam a redação do jornal e estava longe de ser uma unanimidade. O projeto de construção da

³ Samuel Duarte. “O Congresso e as Grandes Reformas”. “O Semanário”. Nº. 1, p.2.

nova capital federal também foi alvo de críticas por parte de algumas matérias. O texto assinado pelo jornalista Prestes Maia, ainda na primeira edição, intitulado: “Nenhuma vantagem trará ao país a mudança de capital para o planalto” mostra tal crítica à meta considerada síntese do célebre “Plano de Metas” do governo JK.

Nas primeiras edições do periódico o tema de maior destaque no noticiário econômico é a inflação. O mesmo indagava sobre a capacidade do governo JK em aplicar medidas “concretas de combate ao processo inflacionário que poderiam vir a desagradar tanto o empresariado, pois implicaria a redução de seus lucros, quanto os trabalhadores, pois tais políticas apontariam para soluções que envolveriam medidas de arrocho/ compressão salarial”.⁴ De forma geral, o argumento da matéria apresenta uma inclinação significativamente ortodoxa e de relativa austeridade quando propõe ao governo a contenção da demanda agregada e a redução dos gastos públicos, o que incluía o corte das despesas correntes e o adiamento da execução de obras públicas, visando combater a expansão da inflação. Em suma, apesar de impopulares e “impatrióticas”, como diria o jornal, tais medidas tornar-se-iam necessárias à medida que garantiria a redução nos níveis de elevação do custo de vida. Ao mesmo tempo, o jornalista colaborador responsável pela seção de economia, José Luis Almeida Nogueira Porto, nas edições subseqüentes escreveria uma série de artigos no qual o objeto central de suas análises é a relação intrínseca entre desenvolvimento econômico, soberania nacional e financiamento público. A série denominada “Segurança Nacional e economia” se debruçou sobre as possibilidades de desenvolvimento economia brasileira. Desenvolvimento este que passaria necessariamente por uma política de industrialização, no qual o Estado teria um papel de amplo destaque, promovendo inversões em setores em que o capital privado ainda não teria condições. Uma política de orientação “*industrializante*”, segundo o autor, proveria o incremento e as condições necessárias para assegurar a defesa do território nacional. O primeiro dos três artigos de Nogueira Porto ressaltava a importância da implementação da indústria de máquinas e motores a fim de viabilizar o desenvolvimento de uma indústria de material bélico. Em suma, três eixos orientam a reflexão de Nogueira Porto: “A economia em face da soberania do povo brasileiro; a economia nacional em face da preservação da unidade

⁴ “Juscelino e a Inflação”. “O Semanário”. Nº.1, p.6.

da Nação; a economia nacional em face da preservação da ordem e da sobrevivência das instituições vigentes”.⁵

As edições ainda dispunham de uma seção responsável pelo noticiário internacional, a seção “assuntos internacionais” fazia um apanhado geral sobre os principais acontecimentos no mundo ocorridos na semana anterior. Na primeira edição o destaque é para a nota informativa sobre o aniversário de um ano da Conferência afro-asiática de Bandung realizada no ano anterior, que nas palavras do jornal “constituía-se no episódio mais transcendente do ano, onde pela primeira vez em sua trágica história os povos colonizados se congregam sob a égide de um ideal de independência e se articulam para a conquista de uma liberdade política”.⁶ O objetivo da conferência era a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo dos Estados Unidos da América, da União Soviética ou de outra nação considerada imperialista.

3 – As críticas ao nacional desenvolvimentismo dos anos JK e o nacionalismo panfletário d’ *Semanário*.

As primeiras edições do jornal expuseram desde já o caráter panfletário que permeava a proposta editorial do jornal no que se refere à presença de interesses econômicos estrangeiros no país. A primeira página da 3ª edição, por exemplo, chamou a atenção dos leitores sobre “os reais interesses dos bilionários irmãos Rockefeller em visita ao Brasil”.⁷ “*O Semanário*” vê com muita desconfiança a vinda dos irmãos Nelson e David Rockefeller ao país para a assinatura de contratos na área da indústria alimentícia. O jornal ainda fazia, neste número, uma série de insinuações a respeito do interesse dos Rockefeller em áreas com grande possibilidade de incidência de Petróleo. Embora apresente claras restrições à inversão de capitais estrangeiros na economia

⁵ “Segurança Nacional e Economia”. “*O Semanário*”. Nº 4. p. 6.

⁶ “*O Semanário*”. Nº 1. p. 6. Entre 18 e 24 de Abril de 1955, reuniram-se na Conferência de Bandung, na Indonésia, os líderes de vinte e nove Estados asiáticos (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Laos, Líbano, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Japão, Índia, Paquistão, Turquia, Síria, Israel, República Democrática do Vietnam, Irã, Iraque, Vietnam do Sul, Nepal, Iémen do Norte) e africanos (Etiópia, Líbia, Libéria e Egito) perfazendo uma população total de 1 350 bilhão de habitantes.

⁷ “Irmãos Rockefeller medem e pesam o Brasil. Nelson conversa e empolga; David assina os contratos”. “*O Semanário*”. Nº 3. P. 2.

brasileira, neste momento, o periódico não apresenta uma análise objetiva a respeito das possibilidades de desenvolvimento da economia brasileira, sem a presença deste capital externo.

O artigo assinado por Oswaldo Costa na última edição do mês de abril de 1956 deu a tônica da postura crítica do jornal frente aos “malabarismos conciliatórios” e vacilações do início da administração Juscelino Kubitschek. O diretor-presidente do periódico qualificava os três meses do governo JK como “três meses de balbúrdia”. Costa clamava pela moralização da administração pública, na qual entendia ser necessária a tomada de “medidas enérgicas”, sua impaciência com este momento inicial do governo Juscelino ficava evidente em suas palavras:

*“O Sr. JK vai completar, dentro de quatro dias, três meses de governo e ainda não disse a que veio, ou para que veio. Ora por outra disse três coisas atentamente ouvidas pela nação; primeiro que tinha um grande plano de governo a realizar; segundo, tomaria medidas enérgicas para moralizar a administração pública; terceiro, que tudo faria para unir a nação. Afinal, o seu grande plano de governo não passa de uma colcha de retalhos (...)”.*⁸
(COSTA, 1956: 2)

Apesar do êxito do governo JK no tocante ao desenvolvimento industrial durante a 2ª metade da década de cinquenta, *O Semanário* mostrou-se ao longo daquele período um crítico contumaz dos “50 anos em 5” da administração juscelinista. Destacava o jornal, o caráter *internacionalizante* da industrialização brasileira naquele período. Oswaldo Costa, editor chefe do periódico, produziu diversos textos que apontavam para tal característica do desenvolvimento brasileiro naquele período. No artigo intitulado *Crítica ao discurso do presidente e crítica à crítica da oposição*, na edição de nº 96 de fevereiro de 1958, Oswaldo Costa retoma a discussão sendo ainda mais incisivo. Ao mesmo tempo em que, no universo de possibilidades oferecidas pela dinâmica da correlação de forças daquela conjuntura histórica, alimentava uma “esperança pelo ‘caminho correto’ (segundo a visão predominante do periódico, com restrições à presença estrangeira e fortalecendo a presença estatal) a ser seguido pelo desenvolvimento industrial”, afirmava também que aquele modelo desenvolvimentista

⁸ “O Semanário”. Nº4. P.2.

proposto e em curso “tripudiava o interesse nacional” e atendia diretamente aos “prestamistas de Wall Street”;

“(...) Com o que não estamos e nunca poderemos estar de acordo é com a política de desenvolvimento falsa, errada e sumamente perigosa seguida pelo chefe da nação. Outra deve ser esta política e, por isso nos batemos na esperança de que o presidente enverede pela trilha certa, que é a do interesse nacional e não a dos vorazes prestamistas de Wall Street.”
(COSTA, 1958: 3).

O periódico, nos últimos anos da década de 50 e coadunado com a sua postura *nacionalista popular* também tentou dar publicidade ao surgimento de organizações nacionalistas e populares que surgiam em diversas regiões do Brasil, bem como a eventos e seminários que girassem em torno da temática do nacionalismo econômico. Na edição nº 57 de 09 de maio de 1957, “*O Semanário*” cederia meia página para o noticiário sobre surgimento de “movimentos nacionalistas” no nordeste Brasileiro, em especial, em Natal e São Luís do Maranhão. Destacando, nesta última cidade a organização da 1ª Semana Nacionalista do Maranhão que contaria com a participação de parlamentares da Frente Parlamentar Nacionalista e do então presidente da Petrobrás Coronel Janari Nunes. “*O Semanário*” também fora convidado para o evento, fazendo na edição seguinte cobertura completa do mesmo.

“*O Semanário*” se percebeu, naquele contexto, como um veículo de imprensa engajado na luta contra o que denominava de forças “*entreguistas*”, ou seja alinhadas ao capital estrangeiro. Atribuiu-se, neste sentido, o papel de arregimentar amplos setores da sociedade civil na “defesa intransigente do interesse nacional”. Sendo assim, além de veicular as questões consideradas de relevo para o “movimento nacionalista”, como denúncias da atuação dos “Trustes” e mostrou incisivo apoio a iniciativas que garantissem o desenvolvimento econômico e que não passassem por concessões ao capital estrangeiro. O periódico chamava para si a responsabilidade de organizar debates acerca da necessidade de divulgação do nacionalismo, concedendo-lhe maior capilaridade social. Desta forma, o objetivo dos diretores e colaboradores de “*O Semanário*” era de buscar cada vez mais uma sistemática mobilização de amplos setores da sociedade em torno daquela opção de desenvolvimento proposta pelo nacionalismo

econômico, postulado e evidenciado nos editoriais e matérias que circularam ao longo dos oito anos de existência do periódico. A linguagem panfletária presente nos textos do jornal evidenciava tal propósito de se fazer entender ao maior público leitor possível. A direção do jornal exibia com destaque, por exemplo, a seção destinada aos leitores que enviavam correspondências de diversas regiões do Brasil e que se mostravam identificados com os propósitos do periódico. Leitores que reconheciam “*O Semanário*” como um instrumento na busca pela consolidação de um movimento de caráter nacionalista, reformista e popular, à medida que tratava também de questões relativas aos problemas sociais e ao custo de vida. O periódico recebia dos leitores alguns epítetos elogiosos, dentre eles; “Jornal que usa a linguagem expressiva da verdade”; “jornal que se tem pautado pela defesa dos interesses nacionais”; “um oásis na imprensa brasileira”, são os mais comuns e que foram exibidos com amplo destaque pelos diretores do periódico.⁹ Algumas iniciativas de caráter mais lúdico refletiam o propósito do jornal de possuir reconhecimento e identificação popular, fazendo anedotas do noticiário político.

4- O Semanário e o governo João Goulart: na linha de frente em defesa da legalidade ameaçada.

No conturbado cenário político brasileiro do alvorecer dos anos 1960, *O Semanário* centrou suas forças na defesa da legalidade democrática ameaçada pelas crises políticas que marcaram aquele contexto. Desde a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros (agosto de 1961), fato ocorrido por motivos controversos e discutidos até os dias atuais, o jornal se manteve coerente à sua linha política e fez coro junto aos setores que se posicionaram contra o veto dos ministros militares que não admitiam a posse do então vice-presidente João Goulart. A partir daí, o periódico realizaria uma verdadeira cruzada pela defesa da legalidade democrática (ameaçada por setores militares e civis, desde a crise de agosto de 1961) e das chamadas *reformas de base*, temática predominante na agenda política dos grupos de “centro esquerda” entre 1961 e 1964. Neste sentido, a despeito das críticas à postura muitas vezes conciliatória de Jango, *O*

⁹ Estes especificamente encontram-se na edição de nº. 79, 11-18/10/1957.

Semanário se constituiu, na imprensa brasileira, num dos baluartes de defesa da ação política do governo.

Após a vitória acachapante do governo no plebiscito de janeiro de 1963, que restaurou o regime presidencialista (campanha esta apoiada plenamente pelo jornal) *O Semanário* centrou suas atenções na tentativa de unidade dos segmentos de esquerda do espectro político brasileiro. Neste sentido, já denunciando a atípica e hostil movimentação de militares e setores civis (empresariais, sobretudo) ao governo Jango, o periódico ostentava semanalmente em suas páginas uma “profissão de fé” pela unidade das “esquerdas” frente à crise que se avizinhava. Reconhecia também que, mesmo longe de ser um projeto que atendesse a todas as demandas dos setores nacionalistas e pró-reformas sociais, o programa minimalista de reformas de base do governo trabalhista deveria ser defendido por uma “frente única” dos segmentos da esquerda nacionalista brasileira. Em emblemático artigo publicado na segunda quinzena de outubro de 1963, além de expor o argumento pela formação de uma “frente única”, Oswaldo Costa (diretor presidente do jornal) cobrava uma atitude mais assertiva de Jango frente à conspiração golpista em curso e pelo fim dos acenos conciliatórios do chefe do executivo. Costa escrevia poucas semanas após a rebelião de sargentos ocorrida em Brasília em setembro daquele ano e logo após uma explosiva entrevista do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, ao jornal estadunidense *Los Angeles Times* onde solicitava publicamente a intervenção americana contra o governo brasileiro:¹⁰

*“(…) A última crise na qual ainda estamos [referência à Revolta dos sargentos e à entrevista de Lacerda ao ‘L. A. Times’] veio provar por ‘a mais b’ que só há uma força real: a do povo. Não queremos entrar na análise dos acontecimentos que ainda se desenrolam e cujo desenlace ao escrevermos esta nota, ainda não se consumou. O que por enquanto temos a dizer ao presidente da República que ele só tem um caminho a seguir: ou governa com os nacionalistas, os democratas e patriotas, afrontando corajosamente a ‘reação’ e o imperialismo, ou governa com o IBAD, com o que há de podre, venal e apátrida em nosso país (...).”*¹¹ (COSTA, 1963: 1).

¹⁰ A rebelião de sargentos de setembro de 1963 eclodiu após a decisão do Supremo Tribunal Federal de considerar inelegíveis os suboficiais eleitos no pleito do ano anterior. O movimento dos sargentos intensificou na oficialidade do Exército brasileiro um temor pela quebra generalizada da hierarquia militar.

¹¹ *Quem comanda é o povo*. Artigo de Oswaldo Costa. Nº. 354. 10- 16/10/1963. Capa. O IBAD (Instituto

O periódico cobrava uma postura de radicalização política do Chefe do Executivo diante da possibilidade (previsível) do programa de Reformas de Base emperrarem no Congresso Nacional. Tal postura viria à tona, meses mais tarde, no histórico Comício das Reformas de Base, realizado no dia 13 de março de 1964. Ironicamente, o aceno público do governo à tese das Reformas de Base “*na lei ou na marra*”, acabaria por desencadear a movimentação golpista de civis e militares que vinha sendo gestada há pelo menos três anos.

A crise, de certo, parecia colocar Jango numa encruzilhada, segundo as palavras de Oswaldo Costa. Impunha-se ao presidente, naquele momento histórico a escolha definitiva de um dos lados. Diante do fracasso da orientação conciliatória, do impasse político e do insucesso da tentativa de se impor o Estado de sítio buscado pelo governo, e rejeitado pelo Congresso Nacional (inclusive pelo próprio PTB)¹², vislumbrava-se como opção única no horizonte político de Goulart aderir sem tergiversações às “*esquerdas*”. De fato, “acreditar na força que elas diziam dispor e, embora contrariando o seu estilo, partir para a radicalização e para o embate” (FERREIRA, 2003: 380-381). Essa foi sua última opção e o comício da Central do Brasil no ano seguinte, naquela histórica e decisiva sexta-feira 13 de março, representou o aceno público do presidente às postulações das “*esquerdas nacional-reformistas*”.

Brasileiro de Ação Democrática), era um dos alvos mais correntes das denúncias do jornal. O referido instituto consistia numa associação de segmentos do empresariado brasileiro que faziam oposição sistemática ao governo Jango. Fundado em 1959, por Ivan Hasslocker, o IBAD teve suas atividades suspensas pelo governo em 1963.

¹² Embora insuflasse o governo Goulart a lançar mão de uma severa medida em relação a Lacerda, após a entrevista do governador da Guanabara ao “*Los Angeles Times*”, houve uma divergência pública no periódico em relação ao pedido de estado de sítio enviado por Jango e recusado pelo Congresso Nacional. O artigo do colaborador Petrônio Sá, na seção *Panorama Nacional*, chega a declarar que a retirada do pedido de estado de sítio se constituiu na “mais recente vitória do povo”. No entanto, um texto não assinado e publicado na mesma edição criticava de forma enfática o governador de Pernambuco e as “*esquerdas*” que acreditavam que o pedido de sítio para intervenção na Guanabara poderia abrir precedente para a intervenção em outros estados da federação: “(...) os radicais que outrora se dispunham às reformas na lei ou na marra se transformaram agora em peritos das constitucionalidades ao atacar o estado de sítio (...) nem todo sítio é contrário aos trabalhadores.” *Os 4 caminhos de Jango*. Artigo de Petrônio Sá. “O Semanário”. N.º. 354 10-16/10/1963. P. 2.; e *Forças progressistas divididas: problemas para o nosso movimento*. p 5.

4.1 - O Comício da Central do Brasil: “As esquerdas tem novo comandante”:

A disposição do governo Goulart em levar adiante o programa de reformas, a partir de uma estratégia de confronto aberto, animou o conjunto das “*esquerdas*”. O presidente agora se dispunha a impelir e açodar o Congresso Nacional, mediante a pressão das massas, a mudar alguns artigos da Constituição federal, de modo que o Executivo passasse a dotar de poderes legislativos. Fato este que possibilitaria o governo a empreender as reformas postuladas, sobretudo a da propriedade rural, e que, posteriormente, seriam referendadas em plebiscitos. “Com esse ânimo, Goulart determinou a elaboração de uma mensagem que enviara ao Congresso, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1964” (BANDEIRA. 2003: 162). Paralelamente, O presidente convocava, com o apoio das principais lideranças sindicais, um comício para o dia 13 de março no Rio de Janeiro. A estratégia de realizar grandes concentrações populares previa também a realização comícios em Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo, onde a campanha pelas Reformas de Base culminaria com a concentração de mais de um milhão de trabalhadores para a comemoração do 1º de maio.

“*O Semanário*” não tardaria a aderir com entusiasmo à nova tática de Goulart e um mês e meio antes da realização do comício do dia 13 de março, na Central do Brasil, o periódico já convocava seus leitores para comparecerem ao evento. O diretor responsável, Oswaldo Costa, num texto entusiasmado compara o comício a ser realizado com as campanhas pelo “monopólio estatal do petróleo” realizadas uma década antes. O artigo de Costa buscava resgatar o contorno popular adquirido por aquela campanha, resgatando os diversos setores da sociedade brasileira que se engajaram naquela proposta e exemplos de lideranças nacionalistas, militares e civis, engajadas na defesa da tese do monopólio: o general Newton Estillac Leal, ex-presidente do Clube Militar e o jornalista Matos Pimenta, fundador do periódico “*Jornal de Debates*”, são mencionados no texto de Costa. O diretor de “*O Semanário*” encerrou seu argumento, tratando da importância do Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, naquela conjuntura de ameaça à legalidade, promovida pelos grupos de direita. Fazia menção também à luta pelas Reformas de Base, encampadas, agora, sem

conciliações ou tergiversações pelo governo Goulart. Costa finaliza seu texto, conclamando o povo às ruas:

“(...) foi nas ruas que demos os primeiros passos para a emancipação econômica. É nas ruas, enfrentando Lacerda e o imperialismo, que devemos completá-la” (COSTA, 1964: 1).¹³

Na mesma direção, a capa da penúltima edição a circular, ostentava palavras de ordem convocando o povo a comparecer maciçamente ao Comício do dia seguinte: “O Povo nas ruas para dizer sim às reformas e não ao fascismo.”¹⁴ Da mesma forma, em tom de ameaça, alertava “às forças conservadoras que as forças populares não aceitariam, e reagiriam de forma enérgica à guerra psicológica desencadeada pelos gorilas, bem como a qualquer ameaça ao presidente da República”¹⁵, no decorrer do Comício da Central do Brasil.

Perante uma multidão de cerca de duzentas mil pessoas, arregimentadas pelos sindicatos e por outras organizações para aquele comício, Goulart proclamaria a necessidade de mudanças na Constituição. Anunciava, também, a adoção de importantes medidas, que vieram através de decretos; a encampação das refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação das terras valorizadas pelos investimentos públicos. Arraes e Brizola pulverizaram suas divergências com Jango e compareceram convictos ao ato, dotados do claro objetivo de consolidar a formação e unidade de uma Frente Popular de apoio às Reformas de Base, alavancadas naquele histórico comício daquela sexta feira, 13 de março de 1964. Ciente das conquistas alcançadas naquele ato público, a edição seguinte do periódico reservaria significativo espaço para festejar o sucesso do comício. Uma nova fase começava, com as “*esquerdas*” acreditando que as Reformas seriam empreendidas com ou sem o aval do Congresso dominado pelos conservadores. O entusiasmo dos setores progressistas se insuflara e “*O Semanário*” faria coro a esta euforia, reconhecendo o esforço político de Goulart. O editorial daquela última edição era emblemático neste sentido:

¹³ *O Comício de 13 de Março*. “*O Semanário*”. Nº.372. 20-26/02/1964. Capa.

¹⁴ “*O Semanário*”. Nº. 375. 12-18/03/1964. Capa

¹⁵ *Aviso aos “gorilas”*. “*O Semanário*”. Nº. 375. Capa.

*“Ao nosso jornal, que jamais transigiu ou transigirá com seu programa ou com pessoas (...) cabe o dever de afirmar hoje a face do país – e afirma-o como o mais legítimo contentamento cívico – que o presidente João Goulart acaba de cumprir, até os extremos limites das suas faculdades constitucionais e de suas possibilidades políticas, aquela que se poderia esperar de um chefe responsável. Os seus últimos atos, os referentes à SUPRA, as refinarias de petróleo e o tabelamento dos aluguéis, - todos eles devido a sua iniciativa direta, à sua determinação e coragem de decidir – elevaram inegavelmente e ao mais alto nível sua natural condição funcional e suas qualificações pessoais de liderança (...).”*¹⁶

Circulara também naquela última edição do periódico uma entusiasmada análise de Barbosa Lima Sobrinho sobre o Comício das Reformas e suas conseqüências. Explícito no argumento de Sobrinho o fato, agora, das “*esquerdas*” estarem diante de um novo comandante. Jango se habilitara para isso, após as medidas tomadas durante o evento e que representavam o atendimento às demandas históricas das esquerdas nacional-reformistas que buscavam, principalmente, a modificação da estrutura fundiária como condição *sine qua non* para um desenvolvimento endógeno do capitalismo brasileiro. Jango acenara para essa possibilidade, naquele histórico comício e por isso fora alçado à condição de mais novo comandante das “*esquerdas*”. Com a palavra, o próprio Barbosa Lima Sobrinho:

*“(...) O efeito de todas estas medidas adotadas [o decreto da SUPRA, a encampação das refinarias particulares de petróleo, o tabelamento dos aluguéis] foi instantâneo. A popularidade do Sr. João Goulart se renovou e cresceu com uma força e confiança que recordam os dias e vitórias de Vargas. Até mesmo os adversários do governo atual não escondem as suas apreensões quando verificam que o comício de 13 de março revelara o líder que o próprio plebiscito não chegara a apresentar, o líder que também não conseguira aparecer na restauração do regime presidencialista. O comício de 13 de março revelou, assim, um líder, um comando.”*¹⁷

¹⁶ “O Semanário”. N.º. 376. 19/03 – 01/04/1964. P.3

¹⁷ Barbosa Lima Sobrinho: *As Esquerdas tem novo comandante*. “O Semanário”. N.º 376. P.3.

Grifa-se, também, no argumento de Barbosa Lima Sobrinho em sua última colaboração para “*O Semanário*” a expectativa que tomara conta dos setores progressistas; que naquela conjuntura de confronto, eles lograriam êxito no embate político iminente com os “*gorilas da reação*”. Ao leitor contemporâneo daquela última edição do periódico ficava a impressão de que as “*esquerdas*”, lideradas por Goulart e impulsionadas pela grande concentração popular da ocasião do Comício da Central do Brasil, venceriam qualquer tentativa de embate com as “*forças reacionárias*”. No entanto, para nós, leitores, curiosos e historiadores do presente, uma infeliz certeza: a de que perderam.

5- Referências Bibliográficas:

ABREU, ALZIRA A. *40 anos do golpe 1964-2004. Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora 7 Letras/FAPERJ. 2004.

_____. *A Imprensa ajudou a derrubar João Goulart*. In FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart entre Memória e História* (org). Rio de Janeiro. FGV Editora. 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil: 1961-64*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1977

BRITO, Leonardo. *A Imprensa Nacionalista no Brasil: O periódico “O Semanário” (1956-64)*. Jundiaí. Paco Editorial. 2010.

_____. *Jornalistas em defesa das Reformas de Base!* Revista de História da Biblioteca Nacional. 2011. NO PRELO PARA PUBLICAÇÃO.

FERREIRA, JORGE. *O Governo Goulart e o Golpe civil – militar de 1964* In FERREIRA, J & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano – O Tempo da experiência democrática 1945-1964*. . Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2003.

MOREIRA, Vânia Lousada. *Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural* In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática*. (Org). Volume 3, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

MOREL, Edmar. *O Golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1965.

NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo um projeto para o Brasil* (1945-1964) In FERREIRA, Jorge (Org). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

FONTES PRIMÁRIAS:

Acervo completo do jornal *O Semanário* (nº 1 ao nº 376) – abril/1956 – abril/ 1964. Disponível na Seção “*Periódicos*” da Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.